

Poder Legislativo Câmara Municipal de Canaã dos Carajás CNPJ/SRFB.: 01.613.324/0001-68

Adm.: 2017-2018

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Processo: PROCESSO LICITATÓRIO № 010/2019 - CMCC

Modalidade: CARTA CONVITE 002/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO A IP PERMANENTE, DEDICADO E EXCLUSIVO, ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS E A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET.

A CONTROLADORIA INTERNA, na pessoa da Senhora Roberta dos Santos Sfair, responsável pelo CONTROLE INTERNO da Câmara Municipal de Canaã dos Carajás, administração 2019/2020, com PORTARIA nº 004/2019, declara para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 c/c Decreto Municipal nº 691/2013 e Decreto Municipal nº 686/2013, que recebeu para análise o processo nº 010/2019 – CMCC, contendo páginas 001 até 303, referente a contratação de empresa para prestação de serviços de acesso a IP permanente, dedicado e exclusivo, entre a Câmara Municipal de Canaã dos Carajás e a rede mundial de computadores - INTERNET, declarando o que segue.



Poder Legislativo Câmara Municipal de Canaã dos Carajás

CNPJ/SRFB.: 01.613.324/0001-68 Adm.: 2017-2018

PRELIMINAR

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer há de ser verificado que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74, no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante à administração pública, bem como sua responsabilidade.

Cabe aos responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo tribunal de Contas que forem vinculados.

A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art. 74 da Constituição Federal/1988, *in verbis*:

- "Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:
- I avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; III exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- § 2° Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União."

Neste sentido cabe a ressalva quando a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de **conhecimento** da ilegalidade ou irregularidade e dela **não informar tais atos ao Tribunal de Contas** no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo.

Importante também destacar que o Controlador Interno não é o ordenador de despesas, nem confere "ateste" de recebimento dos materiais/produtos/serviços ora contratados pela Administração Pública. Essa atribuição se restringe ao servidor por ele indicado, por meio de Portaria.



Poder Legislativo Câmara Municipal de Canaã dos Carajás

CNPJ/SRFB.: 01.613.324/0001-68 Adm.: 2017-2018

RELATÓRIO

Trata-se de processo Licitatório na modalidade Carta Convite e consequente "contratação de empresa para prestação de serviços de acesso a IP permanente, dedicado e exclusivo, entre a Câmara Municipal de Canaã dos Carajás e a rede mundial de computadores – INTERNET".

O processo encontra-se instruído com rol de documentos de elaboração do certame e suas fases de prosseguimento, inseridos nas 303 páginas.

Cabe aqui esclarecer, em obediência às orientações do TCM-PA, se faz necessário o parecer do controle interno, após a homologação e adjudicação da ata dos trabalhos da sessão pública para recebimento e julgamento das documentos de habilitação e das propostas mais vantajosas apresentadas.

Os documentos analisados foram encaminhados da CPL desta casa, no dia 30/05/2018, conforme caderno de protocolo, passando assim à apreciação desta Controladoria na seguinte ordem:

- I- Ofício encaminhado à CPL solicitando abertura da licitação, fl. 002;
- II- Planilha descritiva Especificação dos Produtos e itens a serem licitados, fls. 003);
- III- Despacho do Presidente da Câmara Municipal solicitando a pesquisa de preços no mercado e a manifestação escrita sobre a existência da dotação orçamentária, fl. 004;
- IV- Cotação de preços dos itens a serem licitados, fls. 005-023);
- V- Resumo da cotação de preços valores médios comparativos por item e por fornecedor, fl. 024-026;
- VI- Despacho do Presidente solicitando providências da Contabilidade para informar a existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas do certame, fls. 027-028;



Estado do Pará Poder Legislativo

Câmara Municipal de Canaã dos Carajás

CNPJ/SRFB.: 01.613.324/0001-68 Adm.: 2017-2018

- VII- Declaração de adequação orçamentária, fl.029;
- VIII- Termo de Referência da licitação, fls. 030-041;
- IX- Termo de autorização de abertura da licitação, fl. 042;
- X- Autuação do Processo Administrativo de Licitação 010/2019 Modalidade Carta Convite nº. 002/2019, fl. 043;
- XI- Portaria 029/2019 que designa membros da Comissão de Licitação na modalidade Dispensa, Carta Convite, Tomada de Preço, Concorrência, Processo de Carona e Inexigibilidade, 044-047;
- XII- Minuta do Edital, fls. 048-080;
- XIII- Despacho do Pregoeiro encaminhando o processo licitatório para análise da Assessoria Jurídica, fl. 081);
- XIV- Edital aprovado pela Assessoria Jurídica, emissão de Parecer fls. 082-091;
- XV- Edital, fls. 092-124;
- XVI- Emissão de Convite pela Comissão de Compras/Licitação à empresa 1); GIGABAYTE NETWORK E SERVIÇOS EIRELI; 2) LINK PRIME TECNOLOGIA LTDA; 3) LIVRE WIFI TELECON EIRELI EPP, fls. 125-135;
- XVII- Aviso de licitação, fl. 136;
- XVIII- Fase de Habilitação, fls. 137-234;
- XIX- Confirmação de autenticidade das certidões apresentadas, por CNPJ, fls. 235-258;
- XX- Fade de abertura das Propostas, fls. 259-272;
- XXI- Ata dos trabalhos da sessão pública para recebimento e julgamento dos documentos de habilitação e das propostas apresentados na licitação, na modalidade Convite de nº. 002/2019, fls. 273-274;
- XXII- Ofício encaminhando processo licitatório para Assessoria Jurídica, fl. 275;
- XXIII- Emissão de Parecer Jurídico, fls. 276-279;
- XXIV- Certidão Negativa de licitantes inidôneos emitidos pelo site do TCU, por CNPJ, fls. 280-291;



Estado do Pará Poder Legislativo Câmara Municipal de Canaã dos Carajás

CNPJ/SRFB.: 01.613.324/0001-68 Adm.: 2017-2018

- XXV- Resumo das propostas vencedoras, fl. 292;
- XXVI- Conclusão por parte da Comissão de licitação pela proposta mais vantajosa e empresa vencedora, requerendo homologação e adjudicação do Presidente da Casa de Leis, fl. 293;
- XXVII- Termo de homologação e Adjudicação da licitação, fl. 294;
- XXVIII- Publicação no Diário Oficial dos Municípios do Aviso de Homologação e Adjudicação da licitação tendo como vencedora a empresa: LIVRE WIFI TELECOM EIRELI EPP, CNPJ Nº. 21.345.303/0001-16, no valor de R\$ 73.200,00 (setenta e três mil e duzentos reais), fl.295;
- XXIX- Resumo da licitação na modalidade Carta Convite, nº. 002/2019, processo nº. 010/2019, fls. 296-297;
- XXX- Convocação para celebração de contrato, fl. 298;
- XXXI- Contrato de Prestação de serviços nº. 20190052, para contratação da empresa **LIVRE WIFI TELECOM EIRELI**, CNPJ Nº. 21.345.303/0001-16, no valor de R\$ 73.200,00 (setenta e três mil e duzentos reais), fl. 299-302;
- XXXII- Despacho do Pregoeiro para o Controle Interno para análise do processo em testilha, fl. 303;

Em observância aos documentos que aqui foram apresentados para análise, vislumbra-se possuir todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pelas Leis e Resolução que versam sobre o tema, bem como, pelos princípios norteadores do Direito Administrativo.

Extrai-se da Ata dos trabalhos da sessão pública para contratação do objeto licitado, modalidade Carta Convite nº. 002/2019, fls. 273-274 que o pregoeiro declarou todas as empresas participantes HABILITADAS para as próximas fases.



Poder Legislativo **Câmara Municipal de Canaã dos Carajás**CNPJ/SRFB.: 01.613.324/0001-68

Adm.: 2017-2018

Posteriormente, após abertura da documentação, verificou-se que todos apresentaram suas propostas em conformidade com o Edital, restando todas as participantes CLASSIFICADAS para a próxima etapa.

Na abertura dos envelopes "proposta" o pregoeiro constatou que o valor apresentado por todas as licitantes interessadas foram abaixo do estimado pela Administração na cotação de preços de mercado.

Contudo, a proposta mais vantajosa entre todas foi apresentada pela empresa **LIVRE WIFI TELECOM EIRELI**, CNPJ №. 21.345.303/0001-16, no valor de R\$ 73.200,00 (setenta e três mil e duzentos reais), fls. 265-268.

Frente ao exame de todo o processo licitatório passa-se à conclusão.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, considero a regularidade do Processo na modalidade Carta Convite, até o momento, revestido de todas as formalidades legais, **RATIFICO**, pois que essa Controladoria Interna não vislumbra óbice ao seguimento do feito, para os fins de mister, o procedimento licitatório *sub examine* de nº 010/2019-CMCC, Carta Convite nº. 02/2019, adjudicando os itens para a <u>licitante vencedora</u>, *LIVRE WIFI TELECOM EIRELI, CNPJ Nº. 21.345.303/0001-16, no valor de R\$ 73.200,00 (setenta e três mil e duzentos reais)*, cuja homologação e adjudicação já se fizeram presentes, assim como, a assinatura contratual, datada do dia 24/05/2019.

Recomendando inclusive ao departamento de licitação que providencie: todas as certidões atualizadas no mês de assinatura do contrato, bem como, a inclusão da Portaria de nomeação de servidor para fiscalizar o contrato.

Aproveito para acrescer que, razão do regramento não ser muito clarividente e não menos polêmico, existe uma diferenciação doutrinária entre o <u>início do prazo de vigência contratual (assinatura) e sua eficácia (publicação)</u>, havendo três entendimentos distintos, para o artigo abaixo transcrito. Assim temos que:



Poder Legislativo Câmara Municipal de Canaã dos Carajás

CNPJ/SRFB.: 01.613.324/0001-68 Adm.: 2017-2018

Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta.

O entendimento que mais se amolda à realidade da Administração Pública, sem trazer prejuízo ao erário, é o proferido pelo nobre doutrinador Jorge Ulisses Jacoby, em que diz: "A explicação lógica e compatível com o texto (parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8666/93) é a seguinte: se forem respeitados os prazos de publicação e esta for realizada, o contrato vige desde sua assinatura'.

De acordo com esse entendimento, a vigência contratual iniciase em 24/05/2019 e sua eficácia convalida com a publicação em 29/06/2019.

Sem mais, é o parecer da Unidade de Controle Interno.

Canaã dos Carajás – PA, 31 de maio de 2019.

Roberta dos Santos Sfair Controladora Interna

Portaria 004/2019